

O PACOTE E OS SALÁRIOS

PROF. WAGNER LEAL ARIENTI

As indagações da população sobre a situação dos seus rendimentos após a implantação do Programa de Estabilização Econômica revelaram que as questões relacionadas com a distribuição da renda assumem uma importância crucial para a sociedade brasileira. Para os trabalhadores, as recentes medidas de política econômica melhoraram o poder de compra de seus salários? Entendo que esta questão só pode ser respondida dentro de uma perspectiva que releve o que ocorreu com o salário real dos trabalhadores, nestes últimos anos. Precisamos, assim, entender os efeitos da inflação e do Programa de Estabilização sobre a distribuição da renda.

Há um certo consenso no diagnóstico da inflação brasileira de que suas causas devem-se a três fatores básicos: choques de oferta, choques de demanda e inflação inercial. O governo conta com uma conjuntura econômica nacional e internacional favorável para não reacender o primeiro fator inflacionário. Por outro lado, vem adotando uma série de medidas para combater as demais causas. As políticas adotadas, desde dezembro, para elevar a carga tributária, unificar os orçamentos públicos e retirar a conta movimento do Banco do Brasil procuraram reduzir e controlar o déficit público, considerado o principal elemento insuflador da demanda. A contenção do crédito teve a intenção de impedir elevações exageradas no consumo de bens duráveis. Por fim, o decreto 2283 visou atingir a causa heterodoxa da inflação recente, que é a persistência da inflação passada na inflação presente. Isto é, os preços sobem hoje porque os custos subiram ontem. Hoje, a política econômica forma um conjunto coerente de ações contra as causas do processo inflacionário.

Mas, precisamos entender o que a inflação fez com o salário real dos trabalhadores nos últimos anos para depois entendermos a posição dos salários após a implantação do Programa de Estabilização. É importante ter em mente que a elevação dos preços é um mecanismo reordenador da distribuição da renda entre os grupos sociais. Os fatores iniciais da inflação (choque de oferta e deman

da) são expressões do movimento de elevação da renda de um segmento da sociedade. Dado que o produto da economia cresce muito pouco no curto prazo, o aumento dos rendimentos de uma parcela da sociedade implica na perda das outras parcelas.

Todavia, os grupos prejudicados não aceitam passivamente esta perda de suas rendas reais provocada pela inflação. Eles reivindicam uma volta dos rendimentos ao seu mais alto nível de poder de compra existente, isto é, o retorno ao pico. A forma encontrada pelos agentes que iniciaram o processo inflacionário para impedir a volta a configuração inicial da distribuição da renda foi a persistência do aumento de seus preços, a realimentação da inflação passada na inflação presente. A inflação inercial teve a função de retirar dos grupos perdedores aquilo que pretenderam ter de volta quando retornaram ao pico. Garantindo, assim, a permanência da concentração da renda iniciada anteriormente.

No movimento da economia brasileira o grande perdedor é o trabalhador que está sempre correndo atrás da inflação. A política salarial passada determinava que, semestralmente, o salário deveria voltar ao pico de seu valor real. A inflação se incumbia de levar o poder de compra do salário à trajetória de um pico a um poço. A situação resultante deste movimento de pico ao poço é um salário médio real no período. Além disso, cada aceleração da inflação (provocada por qualquer choque) levava o poço salarial para um nível menor e, conseqüentemente, reduzia a média do salário.

Sabendo que a inflação de 1979 até 1986 elevou em muito seus patamares, podemos concluir que o salário real médio sofreu uma brutal redução nestes 7 anos, alterando a distribuição da renda com claro prejuízo dos trabalhadores.

O Programa de Estabilização impôs aos trabalhadores o salário médio real do semestre anterior, exercendo, assim, o papel que a inflação inercial exercia ao levar os salários do pico ao poço. O abono de 8% dado sobre a média salarial, dificilmente se constituirá num aumento real permanente do salário, pois seu efeito será, paulatinamente, deteriorado pela sobrevivência de uma in

inflação residual. Isto porque os salários somente serão reajustados, totalmente, quando a inflação atingir 20%, de acordo com a escala móvel, o que colocará o valor real do salário, entre os reajustes, bem próximo da média anterior. Portanto, as medidas mantiveram uma dada distribuição da renda existente nos últimos seis meses, esquecendo as perdas passadas e congelando a concentração de renda ocorrida nos últimos anos.

A situação do trabalhador, hoje, melhorou? Podemos responder que se tivermos como referencial o passado recente, a situação permaneceu a mesma. Mas se olharmos a História, veremos que o trabalhador já teve uma posição melhor na divisão do produto nacional. Cabe somente aos trabalhadores recuperarem esta posição, esperamos que a distribuição da renda que deve ocorrer no futuro se realize em bases mais honestas e menos ilusórias, isto é, sem inflação.